

Pesquisa e desenvolvimento em saúde: o futuro de uma política setorial

Ogari de Castro Pacheco¹

1. Desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas

Como todos sabemos, o nível de conhecimento no campo da PD&I, atualmente, no Brasil, é absolutamente baixo. Com a rarefação de cérebros e a infraestrutura existente que não se compara aos países desenvolvidos, a consequência é que a pesquisa e o desenvolvimento são escassos, esparsos e muito aquém das necessidades do país. As razões para tal quadro estão nas raízes, no modelo de desenvolvimento da indústria farmacêutica do país.

É acaciano dizer que a indústria farmoquímica e a biotecnologia são dependentes da farmacêutica. E a indústria nacional nasceu da cópia e nela permanece, salvo raras exceções. A lógica é simples (e traiçoeira):

1. A produção farmacêutica é tecnologicamente muito mais simples (e disseminada) que a farmoquímica e a biotecnológica. Entendam bem, não disse que é banal, corriqueira, mas que, fruto da vinda de subsidiárias das multinacionais para o Brasil, vieram profissionais, importou-se tecnologia e formaram-se técnicos ao longo de todos estes anos;
2. Quanto à lucratividade, a margem da indústria farmacêutica é significativamente maior que a das indústrias farmoquímicas e biotecnológicas;
3. A escala necessária para a viabilização da farmoquímica e biotecnológica não se conseguiu atingir, pois o interesse maior da indústria farmacêutica instalada no país (compreensivelmente) era a importação dos insumos das matrizes estrangeiras, e as nacionais não tinham outra saída a não ser importar o que precisavam de onde houvesse oferta.

¹ Presidente do Conselho Diretor da CRISTALIA

Em face do acima exposto, o desenvolvimento das indústrias farmoquímica e biotecnológica nacional foi lento, incipiente e inconsistente (salvo raríssimas exceções).

2. Do Geifar às PPP

Não é de hoje que o governo se preocupa com a nossa situação de dependência externa quanto aos insumos farmacêuticos ativos (IFA).

Já pela balança comercial francamente desfavorável (desde sempre), já pela dependência estratégica que a não produção de IFA no país acarreta, urge que providências sejam tomadas. Desde o Geifar, passando pelo Demprifar, várias tentativas foram feitas, buscando estimular o desenvolvimento tecnológico nos campos farmoquímico e biotecnológico para com isso minimizar nossa extrema dependência externa. Diminuiríamos, por consequência, nosso déficit comercial específico, à custa de uma redução expressiva de nossas importações de IFA.

Eis que surge uma luz no fim do túnel: as PPP. Compreendendo que o melhor estímulo para a pesquisa, desenvolvimento e inovação é a garantia de mercado. O governo lançou um bem equacionado e ambicioso projeto, o das PPP. Assim garante-se um mercado público a quem desenvolver a tecnologia verticalizadamente, ou seja, que se produza no país do IFA ao produto terminado; que a empresa privada que demonstrar esta capacidade transfira a tecnologia para um laboratório estatal. Assegura-se, assim, o desenvolvimento tecnológico no país, bem como a incorporação ao conhecimento ao Estado.

Uma forma de aumentar exponencialmente a eficácia do projeto das PPP poderia ser com o uso do poder de compra do mercado privado. Como isto poderia ser feito? Já dissemos que a indústria farmacêutica é portfólio dependente. Pois bem, se os pedidos de registro das empresas privadas que utilizasse IFA produzidas localmente fossem tratadas prioritariamente, numa fila especial, com certeza haveria uma procura grande dos produtores de IFA nacionais que evidentemente investiriam mais em PD&I e expansão de suas fábricas. Maneira simples, eficiente, geradora de empregos, impostos e conhecimento que ficaria no país. Diminuição do déficit comercial e expansão de indústria farmoquímica e biotecnologia seriam consequências diretas e altamente benéficas.